

HENDLER, B.; NOVELLI, D.

**A GUERRA DA CRIMEIA, O CZAR NICOLAU I
E A SOCIEDADE INTERNACIONAL DO
SÉCULO XIX: UMA RELEITURA A PARTIR
DAS ESCOLAS FRANCESA E INGLESA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

***THE CRIMEAN WAR, TSAR NICHOLAS I AND
THE INTERNATIONAL SOCIETY OF THE 19TH
CENTURY: A READING FROM THE FRENCH
AND ENGLISH SCHOOLS OF
INTERNATIONAL RELATIONS***

BRUNO HENDLER

Mestre em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (IREL-UnB) e Doutorando em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ).

E-mail: bruno_hendler@hotmail.com

DOUGLAS NOVELLI

Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA) e Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

E-mail: DHN2532@msn.com

RESUMO

A proposta deste artigo é revisitar a Guerra da Crimeia (1853-1856) em três níveis de análise a partir de alguns conceitos da Escola Francesa de História das Relações Internacionais e da Escola Inglesa de Relações Internacionais. Para relacionar o nível individual com o estatal, utiliza-se a obra de Jean-Baptiste Duroselle (2000). Com isso, pretende-se compreender a interação entre o homem de Estado e as chamadas “forças profundas” de uma nação, no caso, a relação entre as idiosincrasias do Czar Nicolau I e o manejo das potencialidades do Império Russo na Guerra da Crimeia. Em seguida, pretende-se relacionar os níveis individual e estatal com o nível sistêmico por meio da concepção de “sociedade internacional” da Escola Inglesa. Desta forma, a Guerra da Crimeia passa a ser compreendida, não apenas como o choque entre nações comandadas por líderes com características singulares, mas também como o ponto de inflexão da ordem internacional construída no Congresso de Viena em 1815. Ao final do trabalho, pretende-se ter contribuído para uma interpretação da História das Relações Internacionais ao estabelecer um diálogo entre a particularidade da visão de mundo de Nicolau I, as forças profundas do Império Russo e as longas durações do sistema internacional.

Palavras-chave: Guerra da Crimeia; História das Relações Internacionais; Império Russo; Escola Francesa de História das RI; Escola Inglesa de RI.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to revisit the Crimean War (1853-1856) in three different levels of analysis through some concepts of the French School of History of International Relations and of the English School of International Relations. To analyze the relation between the individual level with State roles, we utilize the work of Jean-Baptiste Duroselle (2000). With this scope, we seek to understand the interaction between Statesmen e the so-called “deep forces” of a

nation, in this case, the relationship between the idiosyncrasies of the Tsar Nicholas I and the handling of the potencies of the Russian Empire in the Crimean War. Secondly, we relate the individual and State levels with the systemic level through the English School's conception of "international society". Thus, the Crimean War can be understood not only as a shock amongst nations leaded by Statesmen with singular characteristics, but also as the inflexion moment of the international order built at the Vienna Congress of 1815. At the last section of this work, we seek to contribute to an interpretation of the field of History of the International Relations by stablishing a dialogue between the particularities of the worldview of Nicholas I, the deep forces of the Russian Empire and the long durations of the international system.

Keywords: Crimean War; History of International Relations; Russian Empire; French School of IR; English School of IR.

INTRODUÇÃO

A Guerra da Crimeia foi um dos acontecimentos mais marcantes do século XIX devido às transformações econômicas, políticas, militares e sociais das quais foi causa e consequência. A um só tempo, o conflito marca o gérmen do pensamento humanitário internacional, reflete a gradual industrialização da arte da guerra, coloca em evidência a personalidade de homens de Estado como o Czar Nicolau I, intensifica o sentimento nacionalista entre os povos europeus e provoca um rearranjo no equilíbrio de poder consolidado no Congresso de Viena após a derrota da França Napoleônica.

A proposta deste artigo é revisitar o conflito em três níveis de análise a partir de alguns conceitos da Escola Francesa de História das Relações Internacionais e da Escola Inglesa de Relações Internacionais. Para relacionar o nível individual com o estatal, utiliza-se a obra de Jean-Baptiste Duroselle (2000). Com isso, pretende-se compreender a interação entre o homem de Estado e as chamadas “forças profundas” de uma nação, no caso, a relação entre as idiosincrasias do Czar Nicolau I e o manejo das potencialidades do Império Russo na Guerra da Crimeia.

Em seguida, pretende-se relacionar os níveis individual e estatal com o nível sistêmico por meio da concepção de “sociedade internacional” da Escola Inglesa. Desta forma, a Guerra da Crimeia passa a ser compreendida, não apenas como o choque entre nações comandadas por líderes com características singulares, mas também como o ponto de inflexão da ordem internacional construída no Congresso de Viena em 1815.

Ao final do trabalho, pretende-se ter contribuído para uma interpretação da História das Relações Internacionais ao estabelecer um diálogo entre a particularidade da visão de mundo de Nicolau I, as forças profundas do Império Russo e as longas durações do sistema internacional.

1. A ESCOLA FRANCESA, O HOMEM DE ESTADO E AS FORÇAS PROFUNDAS

A corrente francesa de História das Relações Internacionais surge em um momento de profundas transformações da disciplina de História na França, quando os autores da primeira geração da chamada Escola dos Annales promovem uma mudança metodológica importante, nas décadas de 1920 e 1930. A ênfase dada por historiadores do século XIX a fatos e datas, a chamada “História Diplomática”, foi substituída por métodos novos, muitos oriundos das ciências sociais, deixando de lado o caráter essencialmente positivista da disciplina (BURKE, 1991, p. 39).

Entre as principais contribuições da Escola de Annales é possível citar a sobreposição de tempos históricos, ou seja, ao invés de se estudar um fato isolado, o historiador fraciona a história em três camadas: a curta duração ou o momento do acontecimento; a média duração ou o período conjuntural; e a longa duração ou tempo estrutural. Além disso, a interdisciplinaridade com outros ramos do conhecimento, como a sociologia, a economia e a psicologia, também é um legado importante para a área. Nesse contexto, Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle são influenciados pela Escola de Annales e propõem nas obras “Introdução às Relações Internacionais” (1967) e “Todo Império Perecerá” (2000) uma abordagem distinta da História Diplomática, até então marcada pelo foco na relação entre Estados por meio de documentos oficiais.

A partir da perspectiva do tempo de longa duração, Duroselle identifica as forças profundas de uma nação, que consistem no conjunto de fatores a serem manejados pelo homem de Estado.

Duroselle chama de “sistema de causalidades” este conjunto de forças, que podem ser classificadas de acordo com uma série de critérios, como: fatores geográficos; econômicos; financeiros; sentimento nacional; nacionalismos; sentimento pacifista; e condições demográficas. Daí a relevância, segundo Kennedy, da análise das “tendências maiores” das questões mundiais que, longe de negar que os homens fazem sua própria história, reconhece que eles a fazem dentro de circunstâncias históricas que podem limitar (bem como ampliar) as possibilidades (KENNEDY, 1989, p. 9).

Em contrapartida, Duroselle também identifica o “sistema de finalidade”, que deve ser compreendido a partir da curta e média duração. Nele, o papel do “homem de Estado” ganha protagonismo diante das forças profundas, quando “o líder de uma comunidade sonha com o futuro, tenta moldá-lo, calcula uma ordenação de objetivos, de meios e riscos. Isso feito, ele se empenha numa estratégia de ação” (DUROSELLE, 2000. p. 99). Assim, o historiador afasta-se do determinismo do sistema de causalidades e demonstra que a vontade e a ação humana podem transformar a realidade.

Portanto, o método da escola francesa consiste em confrontar as forças profundas (fatores mensuráveis) com os elementos subjetivos voltados para a ação do homem de Estado e o processo de decisão em política externa. E é exatamente a interação entre Estados (e seus operadores) e as forças profundas que “produz os movimentos da vida internacional – caracterizada por suas ondas

criativas; por suas relações pacíficas ou conflituosas; e, finalmente, pela guerra” (DUROSELLE 2000).

2. A ESCOLA INGLESA, A CONCEPÇÃO DE ORDEM E A SOCIEDADE INTERNACIONAL DO SÉCULO XIX

A Escola Inglesa das Relações Internacionais é composta por uma série de autores que não necessariamente têm origem britânica, mas cujas obras apresentam temáticas comuns ligadas à ordem e à moralidade na política internacional. Essa corrente toma corpo com a obra de Martin Wight (2002), “A política do Poder”, publicada no pós-Segunda Guerra Mundial. Para ele, todo o pensamento teórico das relações internacionais decorreria de uma das três tradições fundadas por Maquiavel, Grotius e Kant. A visão de Maquiavel fundamenta a corrente realista, em que há uma permanente luta de todos contra todos e predomina o estado de natureza hobbesiano. Do lado oposto estaria a visão de Kant, baseada na crença iluminista da racionalidade humana como força motriz que levaria o sistema internacional ao imperativo central das relações internacionais: a Paz Perpétua.

Wight coloca-se como herdeiro de Hugo Grotius, a corrente teórica intermediária, batizada de racionalista. Para ele, a sociedade internacional é movida tanto por relações de poder entre as unidades quanto pela partilha de valores comuns que acabam por manter a

ordem do sistema. Dessa forma, o microcosmo em que prevalecem valores comuns é chamado de “sociedade internacional” em contraposição ao “sistema internacional”, onde prevalece apenas a lógica maquiaveliana de poder.

Adam Watson (2004), outro expoente da Escola Inglesa, expõe o conceito de ordem (em contraposição à anarquia) como fundamental para se compreender a dinâmica da sociedade internacional. Para ele, ordem e independência são desejos inevitáveis e conflitantes nos sistemas de Estados, e o pêndulo da história se movimenta de um polo a outro de forma cíclica. De um lado do espectro imaginário está o império absoluto, quando há uma grande assimetria de poder em que o mais forte é capaz de garantir a ordem em detrimento da liberdade das unidades mais fracas. Esta relação vertical pode adquirir diferentes gradações, desde a dominação total pela força até a aceitação consensual pelos subalternos no caso da hegemonia. Mas seja pela coerção ou pela cooptação há uma assimetria de poder que garante certa previsibilidade e ordem ao sistema.

No polo oposto ao império está o sistema de independências absolutas, quando prevalece uma relação de igualdade entre os Estados e, por conseguinte, a ordem dá lugar à insegurança e à desconfiança. Quando prevalece a horizontalidade entre as unidades soberanas, acentua-se o estado de natureza hobbesiano, no qual a autoajuda é a melhor ferramenta para manter-

se vivo e busca-se o equilíbrio de poder a partir de alianças temporárias e variáveis.

A dinâmica de relações entre Estados europeus que se seguiu às Guerras Napoleônicas e perdurou até a Primeira Guerra Mundial pode ser definida como uma “sociedade internacional”, posto que a interação entre as unidades era pautada por normas e valores compartilhados, mantidos por uma “hegemonia coletiva” dos cinco grandes: Reino Unido, França, Áustria (Império Austro-húngaro), Prússia (Alemanha) e Rússia. E é precisamente nesse contexto que a idiosincrasia de líderes como Nicolau I e a ocorrência da Guerra da Crimeia se inserem, marcando um ponto de inflexão da ordem oitocentista.

3. O HOMEM DE ESTADO E AS FORÇAS PROFUNDAS: O CZAR NICOLAU I E AS POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DO IMPÉRIO RUSSO

3.1 A BIOGRAFIA DE NICOLAU I

Nascido no verão de 1796, Nicolau Pavlovich Romanov foi o terceiro filho do Czar Paulo I. Ao contrário de seus irmãos mais velhos que foram educados na corte da avó Catarina II, Nicolau e seu irmão mais novo passaram boa parte de sua infância junto à mãe, a imperatriz Maria Fedorovna, descrita como uma mulher austera e arrogante que nunca obteve êxito em se tornar próxima dos filhos. Em

1802 a educação formal do futuro Czar teve início, sendo ministrada por uma série de tutores em um sistema no qual castigos físicos eram vistos como um método efetivo de ensino. Desde sua juventude, Nicolau era descrito como um homem direto, persistente e honesto, porém impulsivo, arrogante e com um grande anseio pelo comando (KAPUSTINA, 1996, p. 258-260).

A Guerra Patriótica de 1812, modo pelo qual a Rússia se refere à invasão ao seu território pelas forças napoleônicas, acabou por produzir uma enorme influência nas visões de mundo do futuro Czar. Inspirado pelo patriotismo e confiante na vitória, Nicolau buscou ser integrado às forças armadas russas, desejo este que só foi atendido em 1814 quando o Czar Alexandre I permitiu que seus irmãos participassem do exército, todavia, estes não se envolveram ativamente do combate (KAPUSTINA, 1996, p. 262).

Findado o conflito, Nicolau passou a dedicar seu tempo ao estudo de ciências militares e estratégias de guerra, dedicando atenção especial as campanhas de 1814 e 1815. Assumiu em 1817 o cargo de inspetor geral da divisão de engenharia do exército, passando assim a comandar uma brigada e posteriormente uma divisão de soldados. Embora sentisse prazer no ambiente militar, não era bem visto por seus subordinados devido à rígida disciplina que exigia, com uma observação constante acompanhada de severas punições a qualquer sinal de lassidão. A isso se soma o fato de que muitos dos homens sob seu comando eram veteranos da Guerra

Patriótica e se viam submissos aos caprichos de um jovem inexperiente (WATSON, 1988, p. 199).

A Guerra Patriótica ainda foi responsável por expor muitos jovens oficiais do exército russo ao modo de vida das demais nações europeias. Embora sentissem o mais puro orgulho de sua nação e do papel desempenhado por ela na vitória sobre as forças napoleônicas, passaram a almejar o acesso à cultura e às liberdades que floresciam no restante da Europa. Com o tempo, esses jovens, todos oficiais do exército e membros da nobreza, passaram a se aglutinar em torno de tais ideais de mudança, buscando promover as reformas necessárias para criar um governo constitucional e abolir a servidão na Rússia.

Embora a admiração expressa por Alexandre I pelos caminhos traçados por outras nações, em especial a Prússia, tenha alimentado esperanças nos conspiradores de que o Czar pudesse ser convencido a promover as reformas almejadas, sua firmeza em proteger o regime absolutista na Rússia pôs fim a tais esperanças. Assim sendo, este grupo, que ficou conhecido na história como dezembristas em referência ao mês que passaram a ação, começou a arquitetar planos para assassinar Alexandre I e tomar o poder (WATSON, 1988, p. 183-194). Todavia, a morte do Czar em 19 de novembro de 1825, vítima de cólera, surpreendeu os conspiradores e lançou os altos círculos do governo na mais completa desordem.

Embora Alexandre tenha tido descendentes, estes faleceram antes dele. Assim sendo, em situações normais seu herdeiro seria seu irmão mais novo, Constantino. Porém, ainda em

1823, Alexandre I havia assinado um manifesto que não veio a público, arquivando cópias seladas com instruções que fossem abertas na eventualidade de sua morte. Neste, o Czar nomeava seu irmão Nicolau como seu herdeiro.

Embora soubesse das intenções de Alexandre I, Nicolau não estava seguro acerca das mesmas, não se sentindo de forma alguma preparado para governar. Assim, quando o manifesto do falecido líder foi revelado, levantando a dúvida de a quem seus generais deveriam declarar lealdade, Nicolau tomou a frente reconhecendo seu irmão como o novo Czar. Entretanto, Constantino se recusou a assumir o trono pelo qual, em suas próprias palavras, sentia uma “repulsa natural”, declarando assim seu reconhecimento a Nicolau como novo Czar em concordância com os desejos de Alexandre I. Frente a isso, Nicolau solicitou que Constantino viajasse até São Petersburgo para que o dilema da sucessão pudesse ser devidamente solucionado, pedido este que foi veementemente recusado. Assim, enquanto mensageiros viajavam incessantemente entre São Petersburgo e Varsóvia, a alta administração do império russo se tornava cada vez mais caótica graças ao vácuo de poder (KAPUSTINA, 1996, p. 266; CURTISS, 1965, p. 11).

Graças ao seu autoexílio na Polônia, havia a ideia de que Constantino fosse adepto de posições mais liberais em comparação a Alexandre. Por outro lado, apesar de suas fortes ligações com o exército, Nicolau era totalmente impopular entre as tropas, sendo visto como um homem cruel, intransigente e dedicado à manutenção

do regime absolutista. Assim, diante da perspectiva de Nicolau assumir o trono e fortalecidos pelo caos instaurado, os conspiradores decidiram agir (WATSON, 1988, p. 194).

Na manhã do dia 14 de dezembro de 1825, ao mesmo tempo em que o juramento de Nicolau I era lido no Senado, este foi transmitido às tropas. Insuflados por seus oficiais comandantes, cerca de 800 soldados (número muito inferior ao que os conspiradores haviam inicialmente previsto) marcharam rumo ao Senado, negando-se a aceitar a coroação de Nicolau e exigindo a formação de uma assembleia constituinte.

Enfrentando o caos e uma tentativa de golpe desde as primeiras horas de seu regime, Nicolau assumiu pessoalmente o comando das tropas legalistas. Inicialmente não utilizou da força, despachando enviados para tentar conter pacificamente a revolta. Após o fracasso de tais tentativas e de contemplar a perspectiva de que enfrentava uma batalha que poderia não apenas resultar em sua morte, mas no fim de toda a dinastia dos Romanov, o Czar recém-coroadado ordenou que seus canhões fossem carregados. Atingindo o centro da coluna das tropas rebeldes, estas se dissiparam. A revolta estava contida (KAPUSTINA, 1996, p. 267-269).

Visando investigar as origens da rebelião, um comitê especial foi formado no dia 17 de dezembro. Ao todo, 579 pessoas foram presas e interrogadas, processo que foi conduzido pessoalmente pelo Czar. Ao final das investigações, 121 indivíduos foram levados a julgamento, sendo os culpados divididos em onze

HENDLER, B.; NOVELLI, D.

categorias. Aqueles apontados para a primeira categoria foram sentenciados a morte por decapitação. Cinco homens considerados como principais responsáveis pelo levante foram colocados fora destas categorias, sendo condenados a agonizar até a morte por esquartejamento (KAPUSTINA, 1996, p. 269-271).

A violenta resposta de Nicolau I foi apenas o primeiro ato nascido de um posicionamento que seria seguido pelo Czar até o fim de seu reinado, levando a Rússia, em última instância, à Guerra da Criméia. Como expõe Tatiana Kapustina (1996, p.271):

Nicholas I faced in the Decembrists not a liberal opposition to the existing government or a group of peaceful reformers, as they are sometimes represented to be, but a military conspiracy the goals of which were to destroy the Imperial family and dismember Russia. Second, he always felt that there was something intolerably false about a constitutional monarch turning his authority over to a governmental oligarchy.

Ao tratar da formulação do interesse nacional, Duroselle aponta a importância que o líder tem sobre ela. Como o mesmo coloca, “sua própria posição de líder faz com que dê a seus objetivos o nome de ‘interesse nacional’” (DUROSELLE, 2000, p.133), assim, suas ideologias desempenham papel central em tal escolha. Alguns líderes buscam a potência, alguns almejam a riqueza, outros perseguem o prestígio, porém, certos soberanos priorizam uma ideia ou uma causa, estes “são os propagadores da fé, os homens da

expansão religiosa ou revolucionária” (DUROSELLE, 2000, p.133). Sob essa ótica, Nicolau I surge como um grande exemplo do líder que persegue uma ideia, porém, não estava à frente de uma expansão revolucionária como teoriza Duroselle, mas sim uma expansão *contrarrevolucionária*.

Centralizando o poder do Império Russo em suas mãos, ao longo de seu reinado (1825-1855) o Czar Nicolau I se dedicou a conter os crescentes movimentos revolucionários que se espalhavam pela Europa. Sob seu comando, a Rússia recebeu a alcunha de “polícia da Europa”, papel que foi fortificado após os acontecimentos revolucionários dos anos de 1848 e 1849. Se por um lado as forças russas esmagaram a revolta húngara a pedido dos Habsburgo, por outro, Nicolau I exerceu forte pressão sobre Frederico Guilherme IV da Prússia para que este abandonasse sua postura passiva e sufocasse os movimentos de reforma dentro de sua nação (KENNEDY, 1989, p. 168).

Assim sendo, o grande inimigo identificado pela política externa de Nicolau I eram os próprios movimentos revolucionários, tidos como uma ameaça direta ao antigo regime, a dinastia dos Romanov e ao próprio Império Russo como era por ele compreendido. Em sua busca por esmagá-los, Nicolau I posicionou a Rússia no centro dos principais embates políticos e militares do seu tempo, culminando por fim na Guerra da Criméia.

3.2 A CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA DA RÚSSIA NO SÉCULO XIX

Quando Alexandre I subiu ao trono do Império Russo (1801), este dispunha das forças armadas mais amplas que o orçamento governamental era capaz de suportar, representando 40% das despesas estatais em 1804. Todavia, durante a primeira década de seu regime o exército russo enfrentou a França, a Suíça, a Turquia, a Pérsia e a Áustria. Como resultado, o gasto com as forças armadas saltou para 93% das despesas estatais em 1808, estabilizando-se em 60% nos anos seguintes. A situação foi em muito agravada pela Guerra Patriótica (1812-1815). Para os crescentes gastos com as forças armadas e para financiar a reconstrução de Moscou e Smolensk, devastadas pela guerra, Alexandre I elevou a carga tributária até os níveis que julgou possível e recorreu à impressão de papel moeda de maneira descontrolada. Como resultado, em 1817 havia 836 milhões de rublos em circulação, contra 290 milhões em 1805 (KAGAN, 1999, p. 12-15).

O próprio modelo seguido pelas forças armadas russas contribuía imensamente para tamanhos gastos no setor militar. Graças às Guerras Napoleônicas e a consequente instabilidade no sistema internacional, as proporções dos exércitos dos Estados europeus aumentaram drasticamente e, consequentemente, aumentaram os custos para mantê-los. A solução adotada por Estados como a Áustria-Hungria, a Prússia e o Reino Unido foi reduzir suas forças armadas a contingentes de até 200.000 homens,

fornecendo-lhes treinamento e armamento de ponta e, em caso de guerra, sendo capazes de mobilizar até 400.000 homens dentre os civis. Essa reforma jamais ocorreu nas forças armadas russas, as quais chegaram a atingir mais de 800.000 homens mesmo em tempos de paz (KAGAN, 1999, p. 11).

Todavia, é necessário reconhecer os esforços de Alexandre I para reduzir os custos de manutenção de seu exército: o fornecimento de munição e pólvora foi reduzido, assim como o orçamento destinado a treinamento de tropas sofreu severos cortes orçamentários, sendo restrito aquele passível de ser executado dentro dos quartéis (KAGAN, 1999, p. 33).

Ao assumir o trono em 1825, Nicolau I herdou o comando do ineficiente exército russo. Embora tenha executado uma série de reformas, sobretudo no que tange a administração das forças armadas, a situação destas no tocante ao volume de homens e ao treinamento não sofreu grandes alterações, como pode ser observado nas tabelas 1 e 2.

TABELA 1. Efetivos Militares das Potências Europeias

	1820	1830	1840	1850	1860
Áustria-Hungria	258.000	273.000	267.000	434.000	306.000
França	208.000	259.000	446.000	439.000	608.000
Prússia	130.000	130.000	135.000	131.000	201.000
Reino Unido	144.000	140.000	168.000	201.000	347.000
Rússia	772.000	826.000	623.000	871.000	862.000

Fonte: Correlates of War

TABELA 2. Gastos Militares das Potências Europeias (UK£ 1000.00)

	1820	1830	1840	1850	1860
Áustria-Hungria	6.175	4.567	5.574	11.210	10.621
França	9.414	12.618	18.414	16.838	25.746
Prússia	3.714	3.084	3.376	3.528	4.579
Reino Unido	11.748	8.491	10.028	11.606	25.007
Rússia	9.317	7.780	13.162	18.647	18.716

Fonte: Correlates of War

Embora o tamanho absoluto do exército russo se mostre evidentemente superior se comparado aos exércitos das demais potências europeias (tabela 1), nota-se que os custos absolutos da Rússia não apresentam a mesma discrepância, sendo inclusive por vezes inferior se comparado ao das duas grandes potências (França e Reino Unido) (tabela 2). Tais dados denunciam uma continuidade das políticas adotadas por Alexandre I em relação aos grandes cortes orçamentários. Como resultado, na prática a Rússia manteve o maior exército dentre as potências europeias, mas seus militares estavam mais bem preparados para executar desfiles em praça pública do que para combater em guerras (KAGAN, 1999, p. 33).

Ainda assim, é deveras questionável se Nicolau I estava totalmente a par das grandes debilidades de seu exército, tendo em vista que até 1850 este acumulou uma série de vitórias militares. Em

1827, em iniciativa conjunta com o Reino Unido e a França, apoiou a independência grega contra as forças do Império Otomano. Embora não nutrisse qualquer simpatia pela causa dos gregos, os quais via como rebeldes, Nicolau I buscava enfraquecer as forças otomanas, forçando assim ao final do conflito a criação de territórios independentes sob sua influência direta na Sérvia e na Moldávia, que até então faziam parte do Império Otomano (WATSON, 1988, p. 297-302).

No final de 1830, quando revolucionários poloneses tentaram estabelecer a independência em relação ao Império Russo, Nicolau I esmagou as forças rebeldes sem grandes dificuldades, punindo ao final os líderes da rebelião com severidade equivalente a adotada para com os Decembristas poucos anos antes. Todavia, as forças polonesas eram poucas, mal equipadas e sem uma liderança claramente definida, fatores que sem dúvida contribuíram para sua rápida derrota frente à Rússia (WATSON, 1988, p. 281-289).

Quando em 1832 o Egito invadiu a região da Síria, controlada pelo Império Otomano, o Sultão, frente à recusa inicial do Reino Unido em fornecer suporte para conter os invasores enquanto a França apoiava diplomaticamente o Egito, acabou por solicitar o apoio de Nicolau I, sendo este concedido. Temendo a ampliação da influência russa, o Reino Unido abandonou a neutralidade e passou a fazer parte da coalisão. Tal conflito destaca-se por deixar em evidência o jogo de poder que se estabelecia entre as três grandes potências europeias, com a França e a Rússia se posicionavam de

maneira cada vez mais antagônica enquanto o Reino Unido tratava de suas próprias agendas (WATSON, 1988, p. 302-310).

A posição da Rússia se fortaleceu ainda mais quando, em 1848, rebeliões em Berlim levaram Frederico Guilherme IV a prometer uma série de concepções, sendo estas rebeliões apoiadas por grupos revolucionários poloneses exilados. Ainda mais grave foi a revolta húngara, a qual declarou independência ao reino da Áustria-Hungria. Se no caso da Prússia Nicolau I utilizou-se de todo o peso político do Império Russo para levar o imperador prussiano a atacar os grupos revolucionários de seu Estado, a vitória sobre a Hungria foi ainda mais espantosa. Relutando em pedir ajuda internacional para conter a crise, o governo austríaco apenas o fez quando a derrota frente aos rebeldes húngaros ficou evidente e inevitável, solicitando em primeiro de maio de 1849 auxílio pessoal a Nicolau I. Em junho do mesmo ano, as tropas russas adentraram o território húngaro. Em primeiro de agosto a guerra terminará com a rendição das forças revolucionárias, tendo causado apenas 1.000 baixas de combate no exército russo (tendo este porém perdido mais de 10.000 soldados devido a doenças) (WATSON, 1988, p. 311-315). Assim, para todos os efeitos, a Rússia se mantinha como o último bastião do antigo regime na Europa, saindo vitoriosa de todos os conflitos em que se envolveu.

O regime de Nicolau I ainda foi marcado por grandes transformações na economia. A produção de ferro se elevou, a indústria têxtil se expandiu e o número de empresas industriais saltou de 2.400 em 1804 para mais de 15.000 em 1860, impulsionadas pela

HENDLER, B.; NOVELLI, D.

crescente população urbana (KENNEDY, 1989, p. 168). Entretanto, essas transformações transcorriam em um ritmo muito mais lento que no restante da Europa. Em 1830, a Rússia detinha o maior PIB dentre as potências europeias, pois a Revolução Industrial ainda não havia se espalhado pelo continente e o setor agrícola, predominante no país, não encontrava concorrência em termos de escala de produção. Porém, conforme o setor industrial ganhava relevância, a Rússia ficava para trás em relação às principais nações europeias.

TABELA 3. População das Potências Europeias (1.000)

	1820	1830	1840	1850	1860
Áustria-Hungria	30.643	33.732	35.611	36.514	34.690
França	30.250	32.370	34.080	35.630	36.510
Prússia	11.272	12.988	14.929	16.608	18.265
Reino Unido	20.686	23.815	26.488	27.524	28.778
Rússia	48.600	56.100	62.400	68.500	74.100

Fonte: Correlates of War

TABELA 4. PIB das Potências Europeias (US\$ Bilhões, preços dos EUA em 1960)

	1830	1840	1850	1860
Áustria-Hungria	7,2	8,3	9,1	9,9
França	8,5	10,3	11,8	13,3
Prússia	7,2	8,3	10,3	12,7
Reino Unido	8,2	10,4	12,5	16,0
Rússia	10,5	11,2	12,7	14,4

Fonte: BAIROCH, 1976, p.281.

A relação entre as tabelas 3 e 4 nos permite concluir que, embora a Rússia mantivesse uma paridade absoluta do PIB em relação aos demais países do Concerto Europeu, seu PIB per capita sofreu uma estagnação permanente, mantendo-se em torno de 180 a 220 dólares entre 1830 e 1860. Em contrapartida, os índices de França, Prússia e Reino Unido cresceram significativamente, chegando a 365, 354 e 558 dólares em 1860, respectivamente.

A disparidade nos índices de desenvolvimento e industrialização da Rússia em relação aos demais Estados europeus se torna ainda mais evidente ao se analisar os níveis de produção de ferro e aço (tabela 5). Embora tenha passado de 135 mil toneladas em 1820 para 336 mil toneladas em 1860, este aumento em nada se compara às vertiginosas taxas de crescimento exibidas pelas demais nações, como por exemplo, o Reino Unido passando de 320 mil toneladas em 1820 para quase quatro milhões de toneladas em 1860.

**TABELA 5. Produção de Ferro e Aço das Potências Europeias
(1.000 Toneladas)**

	1820	1830	1840	1850	1860
Áustria-Hungria	70	87	124	155	313
França	140	266	348	406	898
Prússia	50	45	168	211	490
Reino Unido	320	680	1.400	2.250	3.888
Rússia	135	187	189	228	336

Fonte: Correlates of War

Por fim, deve-se ainda considerar as severas debilidades logísticas enfrentadas pela Rússia. Em 1850 a malha ferroviária russa, cuja construção havia se iniciado apenas na década de 1830, se estendia por 650 quilômetros, não existindo ferrovias ao sul de Moscou. No mesmo período, a rede ferroviária dos Estados Unidos já atingia 12.500 quilômetros de extensão. Esse fator se revelou não apenas uma fragilidade econômica, comprometendo o escoamento de mercadorias dos grandes centros urbanos, mas também uma severa problemática militar, causando grandes atrasos na movimentação de tropas e nas linhas de suprimento (KENNEDY, 1989, p. 169-171).

Portanto, as forças profundas que se apresentavam ao homem de Estado, Nicolau I, não eram as mais promissoras na década de 1850. A economia russa sofria de graves problemas estruturais que impediram seu desenvolvimento ao longo do século XIX. Como aponta Kennedy (1989, p. 170), a falta de capital, a reduzida classe média, as enormes distâncias através de climas hostis e a forte presença de um estado autocrático criaram na Rússia um cenário muito mais difícil para o avanço da industrialização do que em qualquer outra nação europeia.

Assim, quando a dinâmica de poder no sudeste da Europa tornou-se um jogo de rivalidade entre as “potências dos flancos” (Rússia e Reino Unido) mais a França de Napoleão III, o Czar Nicolau I deparou-se com desafios colossais no manejo das forças profundas

de seu país, levando-o a um conflito que seria um ponto de inflexão da ordem oitocentista.

4. A GUERRA DA CRIMEIA COMO PONTO DE INFLEXÃO DA SOCIEDADE EUROPEIA DE ESTADOS NO SÉCULO XIX

4.1 A SOCIEDADE EUROPEIA DE ESTADOS NO SÉCULO XIX

O mundo pós-napoleônico pode ser dividido em dois sistemas distintos. Um sistema de negociação e equilíbrio entre os Estados europeus – a sociedade internacional europeia, baseada no Concerto Europeu das cinco grandes potências – e um sistema assimétrico de relações entre europeus e os povos nativos da África, Ásia e Oceania, - o sistema de dominação ocidental (CERVO, 2007, p. 46).

Adam Watson (2004) percebe o sistema de Estados que surgiu dos acordos de paz no Congresso de Viena, em 1815, como o ponto intermediário do espectro entre o modelo imperial de Napoleão e o modelo propenso a independências múltiplas do século XVIII. Por um lado, é legítimo afirmar que o Concerto Europeu formava uma verdadeira sociedade internacional nos termos da Escola Inglesa, uma vez que seus membros compartilhavam valores comuns, como a manutenção do equilíbrio de poder e a sua distinção em relação aos povos não europeus. Para Cervo (2007, p. 47) a “grande república”, como ficou conhecida esta sociedade de nações, pretendia corrigir o sistema de independências do século XVIII, que se mostrou incapaz

de evitar o surgimento de um império como o de Napoleão. Dessa forma, às potências dos flancos, Rússia e Grã-Bretanha, juntaram-se as duas grandes coroas germânicas (Áustria e Prússia) e a França, cuja monarquia havia sido restaurada, para compor um engenhoso sistema de “hegemonia difusa”, prevalecendo o equilíbrio de poder e a consulta coletiva no continente.

Por outro lado, as duas maiores potências da época, Reino Unido e Rússia, que coincidentemente não sucumbiram à dominação napoleônica, tinham consciência de sua superioridade no grupo dos cinco e faziam um jogo de equilíbrio na Europa para garantir sua primazia em outras partes do mundo. Funcionavam como um “par de suportes de livros, empurrando-se um ao outro e mantendo o sistema no lugar” (WATSON, 2004, p. 340).

(...) os britânicos, com seus comprometimentos globais, viam o “continente” como um elemento num sistema econômico e estratégico mais amplo, que incluía as Américas e o oceano Índico. A Grã-Bretanha era agora a potência dominante nas extensões ultramarinas da Europa; e a fim de explorar essa dominância necessitava de equilíbrio e de paz na própria Europa. Esses objetivos também convinham à Rússia, que estava igualmente interessada na expansão fora da área do que havia sido a cristandade latina. (...) As duas potências concordaram, então, em que suas políticas no âmbito da *grande republique* exigiam limitações que não se aplicavam fora dela (WATSON, 2004, p. 334).

Havia assimetrias de poder no grupo das cinco potências. Porém, os temores dos estadistas que o arquitetaram eram maiores

do que os interesses individuais, que foram deixados de lado em prol de uma *raison de système*. No nível sistêmico, havia o receio de que uma nova potência fosse capaz de expandir-se tal como a França de Napoleão e acabasse de vez com a soberania dos Estados; no nível doméstico, havia o medo de que os princípios da Revolução Francesa se difundissem e derrubassem as monarquias “por dentro”. Assim, além do apreço pelo princípio do equilíbrio de poder, o Congresso de Viena também teve um caráter conservador de garantir legitimidade às coroas que haviam sido depostas ou ameaçadas por Napoleão – servindo de inspiração para líderes como Nicolau I.

Watson divide em três fases a evolução da sociedade europeia no século XIX. Os primeiros trinta anos, de 1818 a 1848; O período médio, de 1848 a 1871; e a ordem europeia de Bismarck, de 1871 até o fim do século. A primeira fase é vista como um momento de ajustes territoriais e afinidade entre os estadistas aristocráticos, “que temiam os riscos que ameaçavam seu mundo, mas não uns aos outros” (WATSON, 2004, p. 340). Sendo a geração que vivenciou a guerra, os homens de Estado reconheciam os benefícios de uma sociedade de Estados que compartilhasse os valores conservadores e a aversão ao conflito armado.

Apesar das revoltas sociais, os impactos das ideias iluministas e revolucionárias foram sentidos com mais intensidade no período médio da ordem oitocentista (1848-1871). Nacionalismo e democracia deram o tom das reivindicações de uma classe média cada vez mais atuante na política e na economia dos países

européus, questionando a legitimidade da ordem conservadora de Viena. Já o período final da ordem europeia ficou marcado pela projeção internacional do Império Alemão, primeiro com o sistema de alianças de Bismarck e depois com a política mundial (a *Weltpolitik*) do Kaiser Guilherme II.

4.2 A GUERRA DA CRIMEIA

A Guerra da Crimeia, juntamente com as guerras de unificação alemã e italiana, está inserida em um contexto de conflitos que marcaram a transição da segunda para a terceira fase da ordem oitocentista. Como consequência das mudanças sociais e da nova geração de estadistas, os Estados membros do Concerto tornaram-se menos conscientes da *raison de système* (WATSON, 2004, p. 346) e os desacertos diplomáticos passaram a perturbar o consenso de 1815.

Para Hobsbawm (1982, p. 94), a Guerra da Crimeia foi o acontecimento mais próximo de uma guerra geral europeia entre 1815 e 1914 e decorreu de um claro desacerto de ingleses e franceses contra a Rússia em relação aos rumos dos territórios controlados pelo Império Turco Otomano. As “potências dos flancos” (Reino Unido e Rússia) já competiam na Ásia Central (na fronteira norte da Índia britânica) e a “Questão Oriental”, como ficou conhecida a política de poder no sudeste da Europa, tornou-se ainda mais explosiva.

A França de Napoleão III buscava reavivar seu prestígio imperial dos tempos de Napoleão Bonaparte, a Rússia de Nicolau I projetava-se sobre os Bálcãs movida pelo pan-eslavismo e pela perspectiva de ganhos geopolíticos sobre um enfraquecido Império Turco, e o Reino Unido de Aberdeen e do ministro Lord Palmerson via-se na necessidade de atuar, se necessário por via da força, para assegurar o equilíbrio de poder no seio da sociedade europeia de Estados.

Apesar de esperar pelo apoio da Áustria, que não se concretizou, o Czar Nicolau I acreditava que a Rússia era forte o bastante para impor sua vontade sobre o enfraquecido Império Turco Otomano caso as demais potências europeias se mantivessem neutras (ANTIC, 2007, p. 37). Esse cálculo fazia sentido diante das constantes rivalidades entre ingleses e franceses e entre austríacos e prussianos. Assim, a partir do imbróglio diplomático da Rússia ortodoxa com a França católica pelo controle dos sítios cristãos na Terra Santa (então sob domínio turco) Nicolau I invadiu a Moldávia e a Wallachia, territórios autônomos do Império Turco Otomano, e acentuou a tensão entre as grandes potências.

Após uma tentativa de apaziguamento na conferência de emergência em Viena, em 1853, o acirramento entre russos e turcos voltou a crescer e, sob a promessa de apoio britânico em caso de conflagração, o Sultão Abdul Al-Majid declarou guerra à Rússia. Como resposta, em novembro de 1853 a armada de Nicolau I massacrou a armada turca na Batalha de Sinope, provocando uma

comoção na França e no Reino Unido, que temiam a projeção da Rússia no Oriente Médio e no Mediterrâneo Oriental (Idem, p. 80).

Diante desses temores, o cálculo racional de Nicolau I caiu por terra: o Czar via o compromisso inglês com a proteção do Império Turco como um blefe e não esperava que o ataque a Sinope fosse capaz de mobilizar uma coalizão anglo-francesa. Mas para sua infelicidade, esta aliança se concretizou. Em 1854, Reino Unido e França mobilizaram tropas e navios de guerra para o Mar Negro, cuja orla tornou-se palco de longas e sangrentas batalhas. O maior desembarque de forças terrestres deu-se na Península da Crimeia, onde ocorreram confrontos como a Batalha de Balaclava, a qual entrou para a história da Grã-Bretanha como o episódio em que ordens confusas e a vaidade de comandantes rivais induziram uma brigada de cavalaria ligeira a marchar para a morte no fogo cruzado de um corredor de canhões russos (DURSCHMIED, 2003, p. 127).

Apesar da imagem da imponência russa que aterrorizava franceses e britânicos, as forças profundas não estavam mais ao lado de Nicolau I. Conforme visto, os baixos níveis de industrialização (se comparados a França e Reino Unido), a péssima capacidade logística, o exército grande mas ineficiente, a falta de capital e a reduzida classe média tornaram-se obstáculos para a manutenção do país em uma guerra prolongada.

A fragilidade das forças profundas da Rússia rapidamente teve efeitos no conflito. Segundo Kennedy (1989, p. 190), a campanha da Crimeia proporcionou uma “confirmação chocante do atraso

russo”. As tropas czaristas não podiam ser concentradas devido à necessidade de proteção das fronteiras no Báltico, na Europa Oriental, no Extremo Oriente e no próprio Cáucaso. Assim, “quando o ataque anglo-francês na Crimeia levou a guerra a uma região altamente sensível do território russo, as forças armadas do czar foram incapazes de repelir essa invasão” (idem, p. 171).

Com o desembarque das tropas aliadas na Crimeia, o atraso russo tornou-se aparente em inúmeros aspectos (idem, p. 171-172):

- 1) A marinha russa, apesar de numerosa, era composta por navios de madeira pouco resistentes e tripulações mal treinadas, em oposição à frota anglo-francesa, composta por navios à vapor, bem armados e construídos em escala industrial;
- 2) O exército russo era mal equipado e mal treinado. Enquanto seus mosquetes tinham um alcance de 200 metros, os fuzis dos aliados disparavam com eficiência em até mil metros. Ademais, muitas fileiras russas eram compostas por soldados reservistas de idade avançada, devido ao serviço militar prolongado.
- 3) As debilidades logísticas da Rússia eram gritantes. A inexistência de ferrovias ao sul de Moscou e as intempéries climáticas contribuía para retardar o deslocamento de tropas e suprimentos. Soldados aliados podiam ser transportados da França e do Reino Unido para a Crimeia em três semanas, ao

passo que soldados russos levavam cerca de três meses para sair de Moscou e chegar à península.

4) Por fim, o bloqueio econômico debilitou ainda mais as finanças da Rússia, cuja receita dependia da exportação de cereais precisamente para os países europeus. Com a redução da receita e a elevação de gastos militares, Nicolau I recorreu a empréstimos de bancos estrangeiros e emissão de papel-moeda, gerando inflação e insatisfação entre os camponeses.

O Czar Nicolau I faleceu antes do término da Guerra da Crimeia. No dia 10 de fevereiro de 1855, contrariando restrições médicas, o monarca decidiu inspecionar parte de suas tropas que seriam enviadas à linha de frente, retornando apenas ao anoitecer. A pneumonia se desenvolveu rapidamente levando ao falecimento do Czar no início de março de 1855. Embora tenham circulado rumores acerca de um possível suicídio frente a iminente derrota de sua nação, tendo repercutido através de especulações na historiografia, estes carecem de fontes confiáveis que os atestem (KAPUSTINA, 1996, p. 291-292).

O acordo de paz veio em 1856 pelo Tratado de Paris. O sucessor de Nicolau I, Alexandre II, capitulou para evitar a deterioração ainda maior da economia e prevenir-se de novas derrotas militares no Mar Negro e também no Báltico. A Rússia e o Império Turco chegaram a um acordo temporário, embora tenham entrado novamente em confrontação em 1877, dessa vez sem o

envolvimento anglo-francês. Oficialmente, os russos perderam a Guerra da Crimeia e tiveram de se contentar com uma sobrevida do Império Otomano até o final da Primeira Guerra Mundial. Porém, ainda no final do século XIX, a Rússia já voltaria a projetar-se sobre o sudeste europeu e passaria a disputar a supremacia de poder nos Bálcãs com o Império Austro-húngaro.

No longo prazo, a Guerra da Crimeia pode ser vista como um ponto de inflexão da ordem oitocentista por várias razões. A enfermagem moderna de guerra foi desenvolvida, neste conflito, pela enfermeira inglesa Florence Nightingale, dando as bases para a Primeira Convenção de Genebra, o surgimento do Direito Internacional Humanitário e a criação da Cruz Vermelha. A carnificina do conflito pode ser expressa em números: estima-se que cerca de 600 mil pessoas tenham perecido, sendo que 500 mil delas por doença. Deste total, calcula-se que 22% das tropas inglesas, 30% das francesas e cerca de metade das russas tenham tido esse fim (HOBSBAWM, 1982, p. 94).

A Guerra da Crimeia abriu um período de conflitos de média intensidade em diversos pontos do mundo: a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, a Guerra do Paraguai na América do Sul e as guerras de unificação alemã e italiana. Em maior ou menor escala, esses episódios tiveram o uso de inovações tecnológicas proporcionadas pela evolução do capitalismo: telégrafo, ferrovias, navios à vapor, cobertura da imprensa com câmeras fotográficas, o

uso de fuzis e metralhadoras, armas de cerco com maior poder de destruição, etc.

Diante do crescimento do nacionalismo e da função da guerra como instrumento de estímulo à indústria, os líderes europeus “não acreditavam mais que a guerra devia ser evitada por medo da conseqüente revolução” (idem, p. 96). Assim, a força das revoltas sociais da Primavera dos Povos, em 1848, foi gradualmente canalizada para o esforço de construção nacional, que passaria necessariamente pela industrialização e pelo advento de narrativas históricas de cunho nacionalista.

Embora o Tratado de Paris não tenha evitado o assédio da Rússia a territórios turcos até a Primeira Guerra Mundial, a Guerra da Crimeia significou uma verdadeira erosão do poderio e da autoestima daquele país (KENNEDY, 1989, p 174). Ainda que tivesse o maior exército da Europa, a Rússia ficava para trás em um mundo em que a riqueza e a capacidade industrial eram fatores decisivos no poderio internacional, sendo ofuscada pela emergência da Alemanha (HOBSBAWM, 1982, p. 98). Ademais, uma era de crise, mudanças e reformas começara ali, com a emancipação dos servos e a emergência de um movimento revolucionário russo no final da década de 1860 (Idem, p. 95).

Por essas razões, Hobsbawm (Idem, p. 95) percebe os resultados imediatos do conflito como “temporários ou insignificantes”, principalmente se comparados aos impactos de longo prazo. Assim, o ímpeto de Nicolau I ao comandar as forças russas

não foi o suficiente para derrotar a coalizão liderada por um Reino Unido em franca expansão industrial e uma França disposta a reviver a grandeza da Era Napoleônica. No caso da Guerra da Crimeia, a formação militar e a visão de mundo ativa e conservadora do homem de Estado russo não foram suficientes para moldar as forças profundas da nação a seu favor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos níveis de análise e dos conceitos utilizados pela Escola Francesa e pela Escola Inglesa, resta-nos o seguinte questionamento: por que o Império Russo, verdadeiro colosso militar e geopolítico do século XIX, foi derrotado em uma guerra contra um vizinho fraco, apoiado por duas potências localizadas a milhares de quilômetros de distancia? A resposta deriva de três fatores complementares.

Em primeiro lugar, a esfera do homem de Estado. A teimosia e a insistência em um modelo baseado no autoritarismo, no elitismo nobiliárquico e nos valores antirrepublicanos contribuíram para engessar o processo decisório da Rússia e vinculá-lo a visão restrita de Nicolau I. A biografia do Czar, pautada pelo conservadorismo, pelo militarismo e pela repressão a grupos internos foi crucial para o erro de cálculo que levou o país à guerra.

Em segundo lugar, a conjuntura das forças profundas da Rússia nos anos 1850, quando comparada à de seus oponentes, era

muito desfavorável. Os recursos de poder relativo à disposição de Nicolau I para enfrentar a coalizão anglo-francesa eram péssimos se comparados aos recursos disponíveis a Alexandre I durante a Guerra Patriótica contra Napoleão. A razão dessa diferença reside tanto na estagnação russa, ainda que seu exército continuasse imenso e sua produção agrícola se mantivesse expressiva, quanto no progresso industrial de seus oponentes.

A estagnação social da Rússia, decorrente da manutenção do regime de servidão e da quase inexistência de uma classe média urbana, bem como a estagnação econômica decorrente do atraso industrial e logístico do país, cobraram seu preço na Guerra da Crimeia. A arte da guerra seria profundamente transformada pela Revolução Industrial, e nesse quesito, França e Reino Unido estavam muito à frente do Império de Nicolau I. Assim, se no mundo pré-industrial a Rússia era uma potência demográfica e militar escorada em uma economia agrária capaz de sobreviver à sanha napoleônica, no mundo industrial do século XIX o país ficara para trás diante das inovações tecnológico-militares, e seu gigantesco exército já não era capaz de fazer frente à coalizão anglo-francesa.

Por fim, o nível sistêmico. A projeção russa sobre áreas controladas pelo Império Otomano foi percebida por Reino Unido e França como um fator de instabilidade no Concerto Europeu. Assim, agindo em nome de uma *raison de système*, mas atendendo nitidamente a interesses particulares, as potências da Europa Ocidental deixaram de lado suas rivalidades e embarcaram na

aventura militar no Mar Negro. A promessa britânica de proteção ao Sultão Abdul Al-Majid, vista como um blefe por Nicolau I, tornou-se realidade. Assim, em decorrência de fatores individuais, conjunturais e sistêmicos, a Europa tornava a manchar seu solo de sangue apenas quatro décadas após a derrota de Napoleão.

REFERÊNCIAS

ANTIĆ, Čedomir. **Neutrality as independence: Great Britain, Serbia and the Crimean War.** Belgrado: Institute for Balkans Studies, 2007.

BAIROCH, Paul. **Europe's Gross National Product: 1800-1975.** Journal of European Economic History, vol. 5, p. 281, 1976.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989.** São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CURTISS, John Shelton. **The Russian Army Under Nicholas I, 1825-1855.** Durham: Duke University Press, 1965.

CERVO, Amado L. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In SARAIVA, José F.S. **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização.** São Paulo: Saraiva, 2007.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

DURSCHMIED, Erik. **Fora de controle: como o acaso e a estupidez mudaram a história do mundo.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **A Era do capital (1848-1875).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HENDLER, B.; NOVELLI, D.

KAGAN, Frederick W.. **The Military Reforms of Nicholas I: The Origins of the Modern Russian Army**. Nova York: St. Martin's Press, 1999.

KAPUSTINA, Tatiana Aleksandrovna. Emperor Nicholas I, 1825-1855. In: Raleigh, Donald J.; Iskenderov, Akhmed Akhmedovich. **The Emperors and Empresses of Russia: Rediscovering the Romanovs**. New Russian History. Armonk: ME Sharpe, Inc., 1996.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WATSON, Hugh Seton. **The Russian Empire 1801-1917**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.